

Tempo de decisão

Pode estar em causa não só a governabilidade, mas a estabilidade do próprio regime.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 7 de Fevereiro de 2024

Não sou politólogo nem milito em partidos políticos. Não tenho por isso competências, teóricas ou práticas, para falar destas matérias. Mas sou um espectador empenhado, como dizia Raymond Aron, e é nessa condição que falo. E ou muito me engano ou, depois de 10 de Março, vamos ter um problema de governabilidade e estabilidade política. E não será pequeno.

O sistema político é composto por três subsistemas, com autonomia relativa, mas interligados entre si, de modo que o que se passa num tem reflexo nos outros: o sistema de governo, o sistema eleitoral e o sistema de partidos. A democracia portuguesa não tem problemas no sistema de governo. Desde a Constituição de 1976, Portugal tem um sistema semipresidencial que, com ou sem maioria absoluta, com ou sem coligações, com ou sem coabitação Governo-Presidente, tem respondido aos desafios. Alguns defendem que deveria ter um pendor mais presidencial (Pedro Santana Lopes), outros mais parlamentar (Manuel Braga da Cruz), mas ninguém põe em causa a natureza semipresidencial do regime.

Já o sistema eleitoral tem um problema. Um pequeno problema, mas, ainda assim, um problema. Portugal tem um sistema proporcional, mitigado pelo método de Hondt, que gerou um sistema multipartidário. Os sistemas eleitorais avaliam-se, normalmente, de acordo com três parâmetros: a proporcionalidade, a governabilidade e a representatividade, ou, melhor dito, a qualidade da representação. O sistema eleitoral português tem-se mostrado equilibrado entre proporcionalidade e governabilidade. Tem gerado maiorias absolutas ou coligações de governo ou de incidência parlamentar e assegurando formação de governos e estabilidade política. O problema está na qualidade da representação: na aproximação entre eleitores e eleitos e na responsabilização dos eleitos perante os eleitores.

Há várias propostas de reforma: desde os círculos uninominais às listas abertas em que o eleitor pode ele próprio hierarquizar os candidatos (André Freire). Todas têm prós e contras e, mais cedo ou mais tarde, a democracia portuguesa terá de encontrar uma solução. Mas o grande problema está no sistema de partidos. Portugal era considerado uma excepção, “uma ilha de estabilidade no sistema de partidos” e resistiu ao colapso de muitos sistemas por essa Europa fora (Marco Lisi). Ora, a excepção terminou. E com o atraso do costume Portugal está a correr o mesmo caminho.

A estabilidade do sistema de partidos mede-se por um conjunto de indicadores: a fragmentação partidária; a volatilidade eleitoral; a concentração da competitividade; a polarização e as linhas de fractura da dinâmica política. Desde a consolidação democrática, em 1976, Portugal tem um sistema partidário estável, assente em quatro partidos (CDS; PSD; PS e PCP), cinco a partir de 2005 (BE). E com a excepção do PRD, entre 1985 e 87, sempre com baixos níveis de fragmentação e volatilidade e altos níveis de concentração de competitividade, com os dois partidos do centro político a concentrarem uma média eleitoral de 65% e 75% dos mandatos parlamentares. Mais, em que a fractura da dinâmica política passava entre o PS e o PCP, formando o “arco da governação” e os excluídos do governo.

Ora, este sistema acabou. O primeiro sinal foi, com a política de austeridade, a deslocação da fractura da dinâmica política, que passa a estar entre PS e PSD, instaura a polarização esquerda-direita e acaba com o “arco da governação”. A “geringonça”, em 2015, inscreve-a no sistema de partidos. Mas, ainda, sem grande volatilidade eleitoral nem fragmentação partidária. Apenas a passagem de cinco para seis partidos parlamentares (PAN). Mas as eleições de 2019 fazem disparar a volatilidade eleitoral e a fragmentação partidária, que quase duplica os partidos parlamentares, (nove, com Chega; IL; Livre). A entrada do Chega radicaliza a vida política, agrava a polarização e condiciona a própria agenda dos partidos moderados.

O que falta, então, para acabar de vez com o sistema? O que as sondagens apontam para as próximas eleições: a erosão do centro político e a afirmação do terceiro partido. De um sistema estruturado em dois partidos, passa-se para um sistema de três partidos. E, pior, em que um é contra o sistema. Pode estar em causa não só a governabilidade, mas a estabilidade do próprio regime. Como Mário Soares em 1986 destruiu o PRD e restaurou o sistema de partidos que fundou a democracia, em 2024 o Presidente, o PS e o PSD têm nas suas mãos neutralizar a nova ameaça à estabilidade da III República. É tempo de decisão.

<https://www.publico.pt/2024/02/07/opiniao/opiniao/tempo-decisao-2079494>